

Eólica Serra das Vacas II S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Eólica Serra das Vacas II S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Eólica Serra das Vacas II S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eólica Serra das Vacas II S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme descrito na notas explicativas nº 1, às demonstrações financeiras, chamamos a atenção para o fato de os passivos circulantes da Companhia excederem o total dos ativos no montante de R\$60.470 (R\$ 11.029 em 31 de dezembro de 2021), decorrente sobretudo da reclassificação dos saldos de “Empréstimos e Financiamentos” do não circulante para o circulante, em atendimento do disposto do item 69 do CPC 26 (R1), em razão dos respectivos contratos de financiamento da Companhia conterem cláusula estabelecendo a faculdade dos credores poderem declarar o vencimento antecipado dos créditos, decorrente de não atingimento do Índice de Cobertura do Serviço da dívida (“ICSD”) neles determinado nos contratos.

A Administração da Companhia está tomando as providências necessárias para a regularização da situação junto aos credores, conforme descritas na nota explicativa nº10. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidade relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

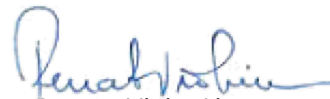
São Paulo, 3 de abril de 2023



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Audidores Independentes Ltda.

CRC nº 2 SP 011609/O-8



Renato Vieira Lima

Contador

CRC nº 1 SP 257330/O-5

EÓLICA SERRA DAS VACAS II S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	2022	2021	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2022	2021
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	4	395	315	Fornecedores		109	978
Títulos e valores mobiliários	5	1.894	885	Arrendamentos	11	19	16
Contas a receber	6	2.047	1.899	Empréstimos e financiamentos	10	54.798	3.762
Impostos e contribuições a recuperar		205	204	Dividendos a pagar	16.4	4.802	4.802
Outros ativos		40	40	Obrigações tributárias		232	224
Total dos ativos circulantes		<u>4.581</u>	<u>3.343</u>	Ações preferenciais resgatáveis	12	2.867	3.082
				Outros passivos	13	<u>2.224</u>	<u>1.508</u>
				Total dos passivos circulantes		<u>65.051</u>	<u>14.372</u>
NÃO CIRCULANTES				NÃO CIRCULANTES			
Aplicações financeiras vinculadas	7	3.746	3.408	Arrendamentos	11	1.422	1.361
Imobilizado	8	99.763	102.617	Empréstimos e financiamentos	10	-	54.208
Intangível	9	353	369	Partes Relacionadas	14	2.127	1.865
Outros ativos		65	65	Outros passivos	13	<u>5.871</u>	<u>3.875</u>
Total dos ativos não circulantes		<u>103.927</u>	<u>106.459</u>	Total dos passivos não circulantes		<u>9.420</u>	<u>61.309</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	16.1	41.676	41.676
				Prejuízos acumulados		<u>(7.639)</u>	<u>(7.555)</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>34.037</u>	<u>34.121</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u><u>108.508</u></u>	<u><u>109.802</u></u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>108.508</u></u>	<u><u>109.802</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS II S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2022	2021
RECEITA LÍQUIDA	17	14.006	14.240
CUSTO DA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	18	(9.755)	(8.404)
LUCRO BRUTO		4.251	5.836
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	19	1.810	(86)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas		-	-
LUCRO OPERACIONAL		6.061	5.750
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	20	644	212
Despesas financeiras	20	(6.057)	(5.741)
		(5.413)	(5.529)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		648	221
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL Correntes	21	(732)	(567)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(84)	(346)
Média ponderada das ações - em milhares		38.339	38.339
Prejuízo por ação (em reais - R\$)		(0,00)	(0,01)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS II S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(84)	(346)
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(84)</u>	<u>(346)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS II S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social integralizado			Prejuízos acumulados	Total
		Capital subscrito	Reservas de capital	Ajuste para adequação às normas do CPC		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		44.543	2.483	(5.350)	(7.209)	34.467
Ações preferenciais resgatáveis	12		(2.268)			(2.268)
Ajuste para adequação às normas do CPC				2.268		2.268
Prejuízo do exercício					(346)	(346)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		44.543	215	(3.082)	(7.555)	34.121
Ações preferenciais resgatáveis	12		(215)			(215)
Ajuste para adequação às normas do CPC				215		215
Prejuízo do exercício					(84)	(84)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		44.543	-	(2.867)	(7.639)	34.037

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS II S.A.DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2022	2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício		(84)	(346)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	18	5.616	5.670
Apropriação de juros sobre arrendamentos	11	107	103
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	10	5.013	4.203
Baixa de bens do ativo imobilizado/intangível		36	-
Apropriação de custos sobre empréstimos	10	34	34
Rendimentos de títulos e valores mobiliários e aplicações vinculadas	20	(644)	(212)
Variação de ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber		(148)	(36)
Impostos e contribuições a recuperar		(1)	(5)
Outros ativos		-	(56)
Fornecedores		(869)	(813)
Obrigações tributárias		627	530
Outros passivos		2.712	1.911
Juros de empréstimos e financiamentos pagos	10	(4.595)	(4.195)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(619)	(528)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>7.185</u>	<u>6.260</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras vinculadas e títulos e valores mobiliários		(702)	18
Aquisição de bens do ativo imobilizado/intangível	8 e 9	(2.702)	(2.229)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(3.404)</u>	<u>(2.211)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Resgate de ações preferenciais resgatáveis	12	(215)	(2.268)
Partes relacionadas	14	262	1.865
Arrendamentos pagos	11	(124)	(118)
Empréstimos e financiamentos pagos	10	<u>(3.624)</u>	<u>(3.581)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(3.701)</u>	<u>(4.102)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>80</u>	<u>(53)</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Saldo no início do exercício		315	368
Saldo no fim do exercício		395	315
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>80</u>	<u>(53)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS II S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Eólica Serra das Vacas II S.A. (“Companhia”) é uma “Sociedade por Ações” de capital fechado, sediada à Av. Brigadeiro Faria Lima, 1931, 7º andar, sala 4, Jardim Paulistano, CEP 01452-910, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia tem por objeto a geração e a comercialização de energia elétrica por fonte eólica.

Em 31 de dezembro de 2022, os passivos circulantes da Companhia excederam o total dos ativos circulantes no montante de R\$60.470 (R\$ 11.029 em 31 de dezembro de 2021) decorrente, substancialmente, da reclassificação dos saldos de “Empréstimos e Financiamentos” do longo para o curto prazo, conforme evidenciado na nota explicativa nº 10. A reclassificação desse montante para o Passivo Circulante deveu-se exclusivamente ao atendimento do disposto do item 69 do CPC 26 (R1), em razão dos contratos de financiamento da Companhia conterem cláusula estabelecendo a faculdade dos credores poderem declarar o vencimento antecipado dos créditos, decorrente de não atingimento do Índice de Cobertura do Serviço da dívida (“ICSD”) determinado nos contratos. Conforme prerrogativas previstas nas cláusulas contratuais, caso a Companhia não atinja o ICSD previsto de 1,20, a Companhia deverá depositar na conta de complementação do ICSD os recursos necessários para reestabelecer o cálculo do ICSD de 1,20

Conforme descrito na nota explicativa 10, a Companhia, conforme prerrogativas previstas nas cláusulas contratuais, realizou um depósito em 30 de março de 2023, no montante de R\$6.359, na conta reserva (de complementação do ICSD), a fim de reestabelecer o índice de 1,20 e, assim, possibilitar a não execução do vencimento antecipado.

Conforme descrito nas notas explicativas nº 10, a Companhia solicitou ao BNDES um waiver para dispensa do atingimento do referido índice, especificamente para o ano de 2022. Contudo, até a emissão dessas Demonstrações Financeiras, a referida dispensa não havia sido formalizada.

A Companhia continuará a tomar as medidas ao seu alcance para possibilitar a reclassificação das dívidas novamente para o não circulante, que depende do êxito das medidas descritas na nota explicativa 10.

2. CAPACIDADE DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

2.1. A Companhia tem seu parque eólico instalado no município de Paratama, estado de Pernambuco e operou em fase de testes até o fim do exercício de 2015 e em janeiro de 2016, iniciou suas atividades comerciais.

2.2. Contrato de autorização

Através das portarias do Ministério de Minas e Energia nº 240 de 30 de maio de 2014, posteriormente atualizada pela resolução autorizativa 5535, de 27 de outubro de 2015, foi autorizada a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica.

Os contratos de autorização têm vigência de 35 anos, contados a partir da publicação das portarias anteriormente referidas. Adicionalmente, não há cláusulas de renovação automática ou pagamento de qualquer indenização por parte do Poder Concedente ao término das Autorizações, em razão de seus ativos serem próprios.

2.3. Comercialização de energia

A Companhia, participou do 17º Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e realizado em 18 de novembro de 2013, conforme o Edital de Leilão nº 09/2013-ANEEL. Em 28 de novembro de 2014, a Companhia assinou os CCEARs, na modalidade disponibilidade de energia elétrica, com as respectivas distribuidoras de energia. Toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada será comercializada por um prazo de 20 (vinte) anos, com início do período de suprimento a partir de 1º de janeiro de 2016.

2.4. Riscos das operações

a) Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” da região estar entre as melhores do nordeste brasileiro, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

a) Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração.

- Informações de Nível 2 são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.
- Informações de Nível 3 são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis devido às circunstâncias. As contas que usualmente requerem estimativa são: (a) vida útil estimada do imobilizado e intangível, (b) provisão para recuperação dos ativos, (c) provisão para desmobilização. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

b) Moeda de apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras estão apresentadas em moeda nacional (real - R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com vencimentos inferiores a 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, cujos valores não superam os valores de mercado, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

3.3. Instrumentos financeiros - ativos

a) Classificação

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) custo amortizado; (ii) ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende do modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros.

(i) Custo amortizado

O ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

(ii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

(iii) Valor justo por meio do resultado.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, a entidade pode efetuar uma escolha irrevogável no reconhecimento inicial para investimentos específicos em instrumento patrimonial, que de outro modo seriam mensurados ao valor justo por meio do resultado, de apresentar alterações subsequentes no valor justo em outros resultados abrangentes.

b) “Impairment” de ativos financeiros

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não foi constituída provisão para riscos de crédito.

3.4. Instrumentos financeiros - Passivos

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

Os principais passivos financeiros da Companhia são representados por empréstimos e financiamentos, fornecedores e ações preferenciais resgatáveis, os quais são classificados na categoria de outros passivos financeiros.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.5. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Os valores relativos ao suprimento de energia elétrica faturada, acrescidos ou deduzidos dos ajustes contratuais relativos às diferenças entre a quantidade de energia faturada e a quantidade de energia gerada previstas nos contratos CCEARs são registradas como receita de comercialização de energia, as quais são realizadas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no âmbito do mercado regulado e não regulado.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa. Na prática, dado o prazo de cobrança, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para redução ao valor recuperável, se necessária.

3.6. Estimativa para provisão perdas esperadas

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam incorrer na cobrança destes créditos. A estimativa para provisão para perdas esperadas é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

3.7. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável, quando necessário.

O custo dos ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando estabelecido nos contratos de arrendamentos, e custos e juros de financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

A depreciação dos ativos, é calculada usando método linear considerando a vida útil estimada, de acordo com as taxas de depreciação definidas pela ANEEL (regulador) ou prazo de autorização, dos dois o menor. A Administração entende que essas taxas representam a vida útil econômica estimada dos seus ativos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

a) Provisão para desmobilização

A Companhia possui a obrigação de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais relacionadas aos arrendamentos dos terrenos onde o empreendimento eólico está localizado. A provisão representa a melhor estimativa de desembolso futuro, por se tratar de obrigações de longo prazo, sendo mensurada ao seu valor justo devendo ser revisada periodicamente. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo de concessão do parque eólico.

3.8. Intangível

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida (servidões) não são amortizados, sendo submetidos a teste anual para análise de redução de seu valor líquido recuperável.

Os softwares referem-se ao custo das licenças do sistema de gestão empresarial e que vem sendo amortizado linearmente em 5 anos.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros a ele vinculados. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, representados pela diferença entre as receitas líquidas da alienação e seu valor líquido contábil, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

3.9. Provisões para perdas por recuperação em ativos não financeiros

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

3.10. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo.

3.11. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os custos pagos na assinatura dos contratos dos empréstimos e financiamentos são reconhecidos como custos da transação, uma vez que seja provável que uma parte ou o total seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período ao qual se relaciona.

Os empréstimos e financiamentos são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.12. Reconhecimento de receita

a) Receita de comercialização de energia

A receita operacional do curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

A receita obtida com a venda de energia elétrica é reconhecida no resultado quando do seu fornecimento, medição ou condição contratual. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, sendo reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

3.13. Resultado por ação

O resultado básico e diluído por ação é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41- Resultado por Ação.

A Companhia não possui instrumentos financeiros que possam vir a ser conversíveis em ações e que possam representar diluição do lucro por ação. Conseqüentemente, o lucro básico por ação não difere do lucro diluído por ação.

3.14. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido, caso em que também são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido, ou quando eles são originados na contabilização inicial de uma combinação de negócios.

Imposto de renda e contribuição social correntes

Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido para o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

3.15. Adoção inicial de normas e interpretações novas e revisadas

(a) Revisadas e vigentes

<u>Norma</u>	<u>Alteração</u>	<u>Vigência a partir de</u>
CPC 15 (R1) - Combinação de negócios	Referência à Estrutura Conceitual	01.01.2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Imobilizado: Recursos Antes do Uso Pretendido	01.01.2022
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Contratos Onerosos Custo de Cumprimento do Contrato	01.01.2022
CPC 27 (R1) - Ativo Imobilizado CPC 43 (R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 15 a 41	Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS's 2018-2020	01.01.2022
CPC 48 - Instrumentos Financeiros CPC 06 (R2) - Arrendamentos CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola		

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(b) Revisadas e não vigentes

<u>Norma</u>	<u>Alteração</u>	<u>Vigência a partir de</u>
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Não definida

<u>Norma</u>	<u>Alteração</u>	<u>Vigência a partir de</u>
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição de Estimativas Contábeis	01.01.2023
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante	01.01.2023
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis e Declaração da Prática 2 da IFRS	Divulgação de Políticas Contábeis	01.01.2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação	01.01.2023
CPC 50 - Contratos de Seguros	Nova norma	01.01.2023

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos demais pronunciamentos destacados acima.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa	1	1
Depósitos bancários	392	308
Aplicações financeiras (*)	2	6
Total	<u>395</u>	<u>315</u>

(*) Refere-se a aplicações financeiras realizadas com o Banco Itaú, com rendimentos de 75% do Certificado de Depósito Interbancário, com liquidez imediata e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI (*)	1.894	885

(*) Referem-se a aplicações no Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI cuja carteira é composta de aproximadamente 95% de suas operações atreladas ao CDI. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os rendimentos médios foram de 99,81% do CDI (98,64% do CDI para o exercício findo em 31 de dezembro 2021).

6. CONTAS A RECEBER

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fornecimento de energia elétrica CCEAR	2.047	1.899

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS (CAIXA RESTRITO)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI (*)	3.746	3.408

(*) Referem-se a aplicações no Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI cuja carteira é composta de aproximadamente 95% de suas operações atreladas ao CDI. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os rendimentos médios foram de 99,81% do CDI (98,64% do CDI para o exercício findo em 31 de dezembro 2021).

As aplicações financeiras vinculadas trata-se de conta reserva exigida pelo BNDES, conforme nota explicativa nº 10, como garantia pela disponibilização dos recursos, o saldo é aferido mensalmente conforme contratos.

8. IMOBILIZADO

a) Imobilizado em curso

	<u>Terreno</u>	<u>Material depósito</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	2.964	2.964
Transferência	-	-	-
Aquisições	<u>36</u>	<u>2.193</u>	<u>2.229</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	36	5.157	5.193
Transferência	-	(4.365)	(4.365)
Baixa	(36)	-	(36)
Aquisições	<u>-</u>	<u>2.702</u>	<u>2.702</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>-</u>	<u>3.494</u>	<u>3.494</u>

b) Imobilizado em serviço

	<u>Terreno</u>	<u>Edificações, obras civis e benfeitorias</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Veículo</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Direito de Uso</u>	<u>Provisão para desmobilização (*)</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	599	17.416	83.209	121	24	1.276	319	102.964
Transferência	-	-	-	-	-	-	-	-
Arrendamentos	-	-	-	-	-	52	-	52
Depreciação	<u>-</u>	<u>(690)</u>	<u>(4.826)</u>	<u>(17)</u>	<u>(3)</u>	<u>(46)</u>	<u>(10)</u>	<u>(5.592)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	599	16.726	78.383	104	21	1.282	309	97.424
Transferências	-	-	4.365	-	-	-	-	4.365
Arrendamentos	-	-	-	-	-	80	-	80
Depreciação	<u>-</u>	<u>(690)</u>	<u>(4.829)</u>	<u>(17)</u>	<u>(2)</u>	<u>(49)</u>	<u>(14)</u>	<u>(5.601)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>599</u>	<u>16.036</u>	<u>77.919</u>	<u>87</u>	<u>19</u>	<u>1.313</u>	<u>295</u>	<u>96.268</u>
Segregado em:								
Custo	599	20.866	111.542	160	35	1.496	372	130.627
Depreciação acumulada	<u>-</u>	<u>(4.830)</u>	<u>(33.623)</u>	<u>(73)</u>	<u>(16)</u>	<u>(183)</u>	<u>(77)</u>	<u>(38.802)</u>
Total	<u>599</u>	<u>16.036</u>	<u>77.919</u>	<u>87</u>	<u>19</u>	<u>1.313</u>	<u>295</u>	<u>96.268</u>

	Terreno	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículo	Móveis e utensílios	Direito de Uso	Provisão para desmobilização (*)	Total
Total geral - líquido em 31 de dezembro de 2022								99.763
Total geral - líquido em 31 de dezembro de 2021								102.617

(*) A provisão para desmobilização de ativos refere-se aos custos a serem incorridos, assim como a obrigação que a entidade deverá liquidar, no futuro, para retirada de seus ativos de longo prazo relacionados aos parques eólicos. A provisão reconhecida pela Companhia reflete a melhor estimativa da Administração, devendo ser revisada periodicamente.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia não identificou eventos que pudessem gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos tangíveis.

9. INTANGÍVEL

	Servidões	Software	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	409	38	446
Amortização	(74)	(4)	(78)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	335	34	369
Amortização	(12)	(4)	(16)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>323</u>	<u>30</u>	<u>353</u>
Segregado em:			
Custo	409	63	472
Amortização acumulada	(86)	(33)	(119)
Total	<u>323</u>	<u>30</u>	<u>353</u>

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A Companhia captou um financiamento, com o Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, composto, dentre outras fontes, pelos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), destinado à implantação do Complexo Eólico Serra das Vacas. Os créditos destinados à Companhia tem como data final de amortização 15 de julho de 2032.

O saldo do empréstimo está sendo pago em 192 prestações mensais com vencimento dia 15 de cada mês pelo período de 15 de agosto de 2016 a 15 de julho de 2032. O principal é atualizado por Taxa de Juros de Longo Prazo TJLP + 2,45% ao ano e os juros incidentes sobre o período de carência do contrato deverão ser acrescidos ao seu principal.

Foram dadas, como garantias do referido contrato, ações da controladora Eólica Serra das Vacas Holding S.A.; Ações das empresas controladas Eólica Serra das Vacas I S.A., Eólica Serra das Vacas II S.A., Eólica Serra das Vacas III S.A. e Eólica Serra das Vacas IV S.A.; cessão de direitos creditórios provenientes de contratos de receita e recebíveis futuros das beneficiárias além de máquinas e equipamentos que compõem os parques de geração do Complexo Eólico Serra das Vacas.

A Companhia tem como obrigações relevantes cumprimento de prazos para iniciar e executar a operação comercial; apresentação ao BNDES das respectivas licenças de operações; manter-se em situação regular com os órgãos de meio ambiente, CCEE, à ANEEL, ao MME, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”) e/ou quaisquer outros órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Direta ou Indireta; bem como adotar medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho. Dentre as obrigações das beneficiárias, está a apresentação de demonstrações financeiras auditadas, até 30 de maio de cada ano, referentes ao exercício anterior, durante a vigência do contrato.

A Controladora, Eólica Serra das Vacas Holding S.A., atua como interveniente nos contratos de empréstimos supracitados e forneceu como garantia, as ações das controladas emitidas em sua titularidade.

Por fim, note-se que o financiamento em questão prevê cláusula de vencimento antecipado referente ao não atingimento pela Companhia de Índice de Cobertura do Serviço da dívida (“ICSD”) de 1,20, calculados sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não atingiu o índice acima determinado, sendo que o índice apurado foi 1,06 e solicitou ao BNDES um waiver para dispensa do atingimento do referido índice, especificamente para o ano de 2022. Contudo, até a emissão destas demonstrações financeiras, a Companhia não obteve a formalização de tal dispensa por parte do BNDES. Dessa forma, a Companhia efetuou a transferência de todo o saldo da dívida do não circulante para o circulante, em 31 de dezembro de 2022.

A Companhia manterá os esforços para a formalização da obtenção do waiver em 2023, onde, em cenário positivo, procederá com a reclassificação da dívida novamente para o não circulante.

Conforme prerrogativas previstas nas cláusulas contratuais, caso a Companhia não atinja o ICSD previsto de 1,20, a Companhia deverá depositar na conta de complementação do ICSD os recursos necessários para reestabelecer o cálculo do ICSD de 1,20, o que foi realizado em 30 de março de 2023, no montante de R\$6.359.

A Companhia deverá manter os recursos depositados na conta de complementação do ICSD até a próxima apuração do índice, a ser realizada no ano imediatamente subsequente. Deste modo, caso no ano imediatamente subsequente, a Companhia apure o ICSD de 1,20, sem considerar os recursos mantidos na conta de complementação do ICSD, o saldo será liberado para movimentação.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
BNDES	55.120	58.326
(-) Custo de transação a amortizar	<u>(322)</u>	<u>(356)</u>
Total	<u>54.798</u>	<u>57.970</u>
Segregado entre:		
Circulante	54.798	3.762
Não circulante	<u>-</u>	<u>54.208</u>
Total	<u>54.798</u>	<u>57.970</u>

A movimentação do exercício é conforme segue:

	<u>R\$ - mil</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	61.510
Amortização de principal	(3.581)
Amortização de juros	(4.195)
Juros incorridos	4.202
Apropriação de custos de transação	34
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>57.970</u>
Amortização de principal	(3.624)
Amortização de juros	(4.595)
Juros incorridos	5.013
Apropriação de custos de transação	34
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u><u>54.798</u></u>

11. ARRENDAMENTOS

A Companhia possui contratos de locação de terras. Esses contratos são classificados como arrendamentos, conforme previsto no CPC 06 (R2) e, seus valores mínimos são reajustados anualmente, conforme índices de inflação previstos em contrato.

<u>Contratos com prazo de vigência maior de 12 meses</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Total dos Contratos	3.289	3.254
Encargos financeiros futuros	(1.848)	(1.876)
Valor presente dos contratos	<u>1.441</u>	<u>1.378</u>
Circulante	19	16
Não circulante	<u>1.422</u>	<u>1.362</u>
	<u>1.441</u>	<u>1.378</u>

a) A movimentação do exercício é conforme segue

<u>Arrendamentos</u>	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.340
Adição de novos contratos e atualização monetária	52
Apropriação de juros	104
Amortizações	(118)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>1.378</u>
Atualização monetária	80
Apropriação de juros	107
Amortizações	(124)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u><u>1.441</u></u>

12. AÇÕES PREFERENCIAIS RESGATÁVEIS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	2.867	3.082

Em 29 de agosto de 2017, o Conselho de Administração aprovou, por meio de Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a emissão de ações preferenciais resgatáveis, todas nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto, com prioridade no recebimento de dividendos fixos, totalizando o valor de R\$12.169.

A data de resgate é até 29 de agosto de 2029 e a quantidade de ações preferenciais resgatáveis emitidas totaliza 0. O valor de emissão por ação e o valor do resgate por ação, está demonstrado a seguir:

	<u>Valor de emissão por ação</u>	<u>Valor capitalizado por ação</u>	<u>Valor de reserva de capital por ação</u>
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	1,6147	0,3804	1,2343

Para efeitos societários, o valor total da emissão foi alocado parte como capital social integralizado, no montante de R\$2.867, e parte como reserva de capital no montante de R\$2.483. Para efeitos de registro contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC), essa transação foi considerada como um instrumento financeiro (passivo). Devido à falta de previsão específica na legislação societária para refletir os requisitos previstos no CPC, a Companhia criou uma conta específica no Patrimônio Líquido, denominada ajuste para adequação às normas do CPC, com o objetivo de apenas refletir os efeitos deste ajuste. Portanto, o valor total de emissão deduzido dos desembolsos realizados até 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$2.867, foi registrado como passivo circulante na Companhia, em contrapartida a uma conta no ativo não circulante, na controladora.

	<u>Ações preferenciais resgatadas</u>		<u>Legislação societária</u>	
	<u>Quantidade</u>	<u>Valor de emissão</u>	<u>Capitalizadas</u>	<u>Reserva de capital</u>
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	-	-	2.867	-

	<u>Movimentação 2021</u>				
	<u>Ações preferenciais resgatáveis</u>	<u>Reserva de capital</u>			
		<u>31/12/2020</u>	<u>Valor resgatado</u>	<u>Total reserva</u>	<u>31/12/2021</u>
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	2.867	2.483	(2.268)	215	3.082

	Movimentação 2021				31/12/2022
	Ações preferenciais resgatáveis	Reserva de capital		Total reserva	
		31/12/2021	Valor resgatado		
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	2.867	215	(215)	-	2.867

13. OUTROS PASSIVOS

	2022	2021
Obrigação contratual (a)	2.224	1.509
Total circulante	2.224	1.509
Obrigação contratual (a)	5.500	3.503
Provisão para desmobilização (b)	372	372
Total não circulante	5.872	3.875
Total outros passivos	8.096	5.384

- (a) A Companhia apurou déficit de geração anual e quadrienal em seu segundo quadriênio iniciado em 2020 com término em 2023, o saldo do ressarcimento de curto e longo prazo do déficit será liquidado conforme previsto nos Contratos do CCEAR.
- (b) Referem-se aos custos a serem incorridos, assim como a obrigação que a Companhia deverá liquidar no futuro, para desmontagem e retirada dos seus ativos nos parques eólicos. A provisão reconhecida pela Companhia reflete a melhor estimativa da Administração e é revisada periodicamente. A contrapartida dessa provisão, está registrada na rubrica de “Imobilizado”, conforme nota explicativa nº 08.

14. PARTES RELACIONADAS

	2022	2021
Eólica Serra das Vacas Holding S.A. (a)	2.002	1.760
Eólica Serra das Vacas VII S.A. (b)	125	105
	2.127	1.865

- (a) Refere-se à captação de mútuo com sua controladora, sobre o qual não incide juros e o prazo de vencimento é indeterminado.
- (b) Refere-se a compartilhamento de infraestrutura com a Eólica Serra das Vacas VII S.A.

15. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e cível. A Administração, com base nas avaliações dos assessores legais, determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2022 foi identificado a probabilidade de risco com perda possível para o processo de indenização de danos morais e materiais decorrente dos supostos barulhos ocasionados pela companhia no montante atualizado de R\$ 284 (R\$ 228 em 31 de dezembro de 2021), até a emissão deste relatório o processo segue aguardando designação de audiência.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

16.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado é no montante de R\$44.543 (R\$44.543 em 31 de dezembro de 2021) dividido em: (i) 41.676.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (41.676.000 em 31 de dezembro de 2021); e (ii) zero ações preferenciais resgatáveis (174.280 em 31 de dezembro de 2021), todas nominativas e sem valor nominal, conforme segue:

	2021					
	Capital subscrito e integralizado	Redução de capital	Ações preferenciais resgatáveis	Total do capital integralizado	Quantidade de ações	%
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	41.676	-	2.867	44.543	41.850.280	100%

	2022					
	Capital subscrito e integralizado	Integraliz ação de capital	Ações preferenciais resgatáveis	Total do capital integralizado	Quantidade de ações	%
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	41.676	-	2.867	44.543	41.676.000	100%

16.2. Remuneração da Administração

No ano de 2022 a remuneração dos Administradores foi de R\$ 37, paga através de rateio entre as controladas de todo o grupo conforme mencionado no item 14.2 (b), não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria nem remuneração baseada em ações.

16.3. Reserva legal

Constituída com 5% do lucro do exercício antes de outras destinações e limitada a 20% do capital social.

16.4. Dividendos

A distribuição de dividendos se dá com base em 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976 ou baseado no percentual deliberado em assembleia ordinária.

17. RECEITA LÍQUIDA

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Suprimento de energia elétrica - ACL e MCP	173	1.140
Suprimento de energia elétrica - CCEAR	17.279	15.700
Sobras e déficit da obrigação contratual - CCEAR	<u>(2.713)</u>	<u>(1.912)</u>
Receita Bruta	<u>14.739</u>	<u>14.928</u>
Deduções:		
PIS e COFINS	(657)	(615)
Taxa de fiscalização da ANEEL	<u>(76)</u>	<u>(73)</u>
Total	<u>(733)</u>	<u>(688)</u>
Total de receita líquida	<u><u>14.006</u></u>	<u><u>14.240</u></u>

18. CUSTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Energia comprada para revenda	(34)	(52)
Depreciação e amortização	(5.616)	(5.670)
Despesa com pessoal	(125)	(105)
Serviços de terceiros	(1.790)	(1.469)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	(944)	(821)
Arrendamentos e aluguéis	(15)	(1)
Material	(868)	(65)
Outros	<u>(363)</u>	<u>(221)</u>
Total	<u><u>(9.755)</u></u>	<u><u>(8.404)</u></u>

19. RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Serviços de terceiros	(65)	(71)
Outros	(24)	(15)
Outras Receitas	1.899	-
Total	<u><u>1.810</u></u>	<u><u>(86)</u></u>

20. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas financeiras:		
Títulos e valores mobiliários	642	212
Outras	<u>2</u>	<u>-</u>
Total	<u><u>644</u></u>	<u><u>212</u></u>

	2022	2021
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos e financiamento	(5.013)	(4.202)
Comissão fiança	(777)	(1.073)
Outras	(267)	(466)
Total	<u>(6.057)</u>	<u>(5.741)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(5.413)</u>	<u>(5.529)</u>

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social correntes e diferidos, debitados ao resultado do exercício nas demonstrações financeiras, está apresentada a seguir:

	2021		2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Suprimento de energia	17.452	17.452	16.839	16.839
Alíquota de presunção	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido	1.396	2.094	1.347	2.021
Receitas financeiras	644	644	212	212
Base de cálculo	2.040	2.738	1.559	2.233
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Subtotal	(306)	(246)	(234)	(201)
Adicional de IRPJ	(180)	-	(132)	-
Total	<u>(486)</u>	<u>(246)</u>	<u>(366)</u>	<u>(201)</u>
Despesas com IRPJ e CSLL		(732)		(567)

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos nas quais os resultados obtidos são consistentes com as expectativas da Administração. A Companhia não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros, visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas relacionadas a esses instrumentos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os principais instrumentos financeiros referem-se a caixa e bancos, aplicações financeiras vinculadas, títulos e valores mobiliários, contas a receber, fornecedores e empréstimos e financiamentos. Considerando a natureza dos saldos, as condições e os vencimentos em curto prazo, os valores contabilizados aproximam-se dos de mercado. Os valores contábeis já estão divulgados nas demais notas explicativas referentes a esses instrumentos financeiros.

a) Classificação dos instrumentos financeiros

	Classificação	2022	2021
<u>Ativos</u>			
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio do resultado	395	315
Títulos e valores mobiliários	Custo amortizado	1.894	885
Contas a receber	Custo amortizado	2.047	1.899
Aplicações financeiras vinculadas	Custo amortizado	3.746	3.408
<u>Passivos</u>			
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	54.797	57.970
Fornecedores	Custo amortizado	109	978
Partes relacionadas	Custo amortizado	2.127	1.865
Ações preferenciais resgatáveis	Custo amortizado	2.867	3.082
Outros passivos	Custo amortizado	8.095	5.383
Arrendamentos	Custo amortizado	1.441	1.377
Dividendos a pagar	Custo amortizado	4.802	4.802

b) Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras.

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam a minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

A Administração, visando a minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura centralizar suas operações em instituição de primeira linha.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez.

d) Risco de mercado

As políticas de gestão de riscos da Companhia incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado e relatórios que monitoram os riscos a que estão sujeitos.

e) Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia busca diversificar a captação e a aplicação de recursos em termos de taxas pós-fixadas visando à mitigação desse tipo de risco.

f) Análise de sensibilidade

A Companhia, em atendimento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulgam quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos por debêntures, empréstimos e financiamentos e caixa e equivalentes de caixa, ao qual a Companhia está exposta na data de encerramento do exercício.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando as taxas/índices vigentes na data das demonstrações financeiras, e ainda outros cenários de deterioração (instrumentos financeiros ativos) ou apreciação (instrumentos financeiros passivos) em 25% e 50% sobre o cenário provável.

Os valores-base para o cenário provável são:

- TJLP: 7,20%.

CDI - acumulado últimos 12 meses: 12,39%. Demonstramos, a seguir, os impactos no resultado financeiro da Companhia, para os cinco cenários estimados para os próximos 12 meses:

	2022	Índice ao ano	Cenário		
			Provável	(25%)	(50%)
Aplicações financeiras vinculadas	3.746	CDI	464	580	696
Títulos e valores mobiliários	1.894	CDI	235	293	352
Empréstimos e financiamentos	<u>(54.798)</u>	TJLP 2,45%	<u>(5.288)</u>	<u>(6.610)</u>	<u>(7.932)</u>
	<u>(49.158)</u>		<u>(4.589)</u>	<u>(5.736)</u>	<u>(6.884)</u>

g) Risco de capitalização

	2022	2021
Dívida de empréstimos, financiamentos	54.797	57.970
Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras vinculadas	<u>(6.035)</u>	<u>(4.608)</u>
Dívida líquida	48.762	53.362
Patrimônio líquido	<u>34.037</u>	<u>34.121</u>
Índice de alavancagem financeira - %	<u>143%</u>	<u>156%</u>

23. COMPROMISSOS

- a) A Companhia mantém compromisso de cumprimento do contrato de manutenção de seus aerogeradores - O&M, no montante de aproximadamente R\$1.500 ao ano, com vencimento em 2026, ao qual possuem reajuste anual pelo IPCA.

24. SEGUROS

A Companhia, através de sua Controladora possui apólices de seguros, cujas coberturas são:

Objeto	Importância segurada	Vigência		Segurado
		Início	Fim	
Responsabilidade civil geral	10.000	19/12/2022	19/12/2023	Controladora e controladas
Riscos operacionais - Parque eólico das investidas	120.000	19/12/2022	19/12/2023	Controladas

25. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 31 dezembro de 2022 e 2021, a Companhia realizou a seguinte operação não envolvendo caixa, portanto, não está refletida na demonstração do fluxo de caixa:

	2022	2021
Atualização dos contratos/Adoção Inicial - arrendamentos/imobilizado	107	52

26. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO

As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pela Administração da Companhia em 3 de abril de 2022.